



A FASCISTIZAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: da crise da democracia liberal capitalista ao irracionalismo: rebatimentos na América Latina

Glauca Lélis Alves*
Joana Aparecida Coutinho**
Yuri Martins-Fontes Leichsenring***
Ricardo Ramos Shiota****

Resumo

A crise profunda, pela qual atravessa o capitalismo na sua forma neoliberal, cria profundas rasuras nas democracias liberais. Marx descreve em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, como que, com a perda da hegemonia na sociedade, as classes dominantes veem-se sem alternativas e não relutam em se aliar a projetos antidemocráticos, autoritários, quando lhes convém. Foi esse contexto que permitiu o surgimento e a ascensão de Luis Bonaparte. Nesse momento, percebe-se uma incapacidade da classe dominante em manter a hegemonia da sociedade e garantir, mesmo que formalmente, a ideia de uma universalidade. Vimos, na última década, o ressurgimento de uma extrema-direita organizada e que, em muitos casos, flerta abertamente com o fascismo; decerto numa conjuntura que difere do fascismo clássico, como ocorreu na década de 1920-1930 na Europa, embora mantenha grandes semelhanças. Alain Badiou o conceitua como “fascismo democrático”, pela razão de que as instituições do Estado aparentemente funcionam normalmente. No caso latino-americano, é ainda mais complexo, como bem definem Zavaleta e Florestan Fernandes, mesmo porque no continente vigorou uma ideologia fascista que estava incrustada nas ditaduras militares da região, mas que sobretudo não foram eliminadas. Vimos ressurgir as ideias fascistas em organizações de extrema-direita no continente latino-americano em meio a uma profunda crise econômica, político-ideológico-cultural que governos “progressistas” não conseguiram dar respostas para a maioria da população, jogada em situações de penúria econômica — campo aberto para a ideologia fascista.

Palavras-chave: Democracia-liberal; Estado; fascismo; conservadorismo.

FASCISTIZATION IN THE CONTEMPORARY WORLD: from the crisis of liberal capitalist democracy to irrationalism: repercussions in Latin America

Abstract

The deep crisis that capitalism in its neoliberal form is going through creates deep rifts in liberal democracies. Marx describes in *The 18th Brumaire of Louis Bonaparte*, how, with the loss of hegemony in society, the dominant classes see themselves without alternatives and are not reluctant to ally themselves with antidemocratic, authoritarian projects, when it suits them. It was this context that allowed the rise of Louis Bonaparte. At this moment, we perceive an incapacity of the dominant class to maintain the hegemony of society and guarantee, even if formally, the idea of universality. We have seen in the last decade the resurgence of an organized extreme right wing that in many cases openly flirts with fascism; certainly in a conjuncture that differs from the classical fascism that occurred in the 1920-1930s in Europe, although it maintains great similarities. Alain Badiou conceptualizes it as “democratic fascism”, for the reason that the state institutions apparently function normally. In the Latin American case it is even more complex, as well defined by Zavaleta and Florestan Fernandes, also because in the continent, a fascist ideology was in force that was embedded in the military dictatorships in the region, but above all was not eliminated. We have seen a resurgence of fascist ideas in extreme right-wing organizations on the Latin American continent, in the midst of a profound economic, political-ideological-cultural crisis that “progressive” governments in the region have not been able to respond to for the majority of the population, who have been thrown into situations of economic hardship and an open field for fascist ideology.

Keywords: liberal-democracy; state; fascism.

* Doutora em Serviço Social (UFRJ), Professora na Escola de Serviço Social (UFRJ), Coordenadora do Grupo de Estudos Carlos Nelson Coutinho.

** Doutora em Ciência Sociais: Política (PUC/SP), professora na Universidade Federal do Maranhão, coordenadora do GEHLAL e cocoordenadora do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política

*** **** Doutor em História Econômica (USP/CNRS), professor de História e Filosofia Política, escritor, ensaísta, tradutor e editor. Coordenador-Geral do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da USP.

**** ** Doutor em Sociologia (UNICAMP), bolsista FAPEMA de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisador do GEHLAL.

1 PERSPECTIVAS MARXISTAS PERIFÉRICAS ACERCA DO FASCISMO

Nas últimas décadas, a América Latina vê um aumento de grupos de extrema direita que se organizam e disputam ideológica e politicamente a direção nas sociedades. Promovem uma guerra ideológico-cultural na qual o conhecimento científico é desvalorizado; credences manipuladas com precisão ocupam o lugar do conhecimento científico. No entanto, para intelectuais de variado espectro ideológico, mas com destaque aos pensadores marxistas de nações da periferia do sistema capitalista (pioneiros em acusar os prejuízos de tal fenômeno), o fascismo é um modelo capitalista antidemocrático, uma forma política do capitalismo contemporâneo quando em crise. Assim, em momentos agudos de crise social, quando o regime capitalista nos moldes da “democracia liberal” (esta noção deturpada com que o liberalismo reduz a acepção de “democracia”) já não serve às classes dominantes para assegurar a manutenção de seu poder, apela-se ao regime de governo fascista; as elites deixam pois seu discurso “democrático” de lado, e partem para uma ofensiva *racionalmente* autoritária, violenta, apoiada na irracionalidade mobilizada por forte propaganda — um populismo conservador que seduz para seu movimento retrógrado partes das massas, sobretudo oriundas das classes médias.

1.1 Capitalismo em crise: do liberalismo moderno aos regimes contemporâneos neoliberal e fascista

É nítido o avanço das ciências, ainda que em grande medida seu progresso se dê contra o ser humano em sua ampla maioria — já que o sentido desse desenvolvimento não visa ao bem-estar social, mas ao controle sobre o trabalho e a natureza. Isso porque, em paralelo ao avanço científico e técnico, não há um desenvolvimento da crítica ao sentido desse progresso, que, assim, segue há séculos seu caminho desvairado, desviado das necessidades da espécie, do meio ambiente, da vida no planeta. Conforme avança a ciência e a técnica sem uma devida reflexão filosófica acerca do sentido histórico da sociedade humana contemporânea, torna-se cada vez mais explícito que o modelo atual de progresso capitalista já nada tem a oferecer ao processo de consolidação e de aprimoramento da emancipação humana — ao aprimoramento da ideia de liberdade. O capitalismo decerto cresce, evolui — mas como um câncer, destruindo o próprio corpo que o mantém. Seus progressos pontuais, particulares, positivos, a cada tanto se obnubilam, apagam, reduzem-se diante da imensidão dos aspectos sociais negativos de seu movimento progressivo meramente instrumental, de sua evolução

em grande parte desordenada — ou antes estupidamente ordenada em uma direção contrária aos interesses da espécie.

Assim, na medida em que se acelera esse progresso tecnológico restrito, instrumental, agrava-se também a crise estrutural do capitalismo. Não se trata — é importante atentar a isto — de uma crise cíclica da economia ou da sociedade, mas de uma crise lógica do capitalismo, orgânica, inerente à sua própria engrenagem — e verificável cientificamente. Em suma, avança a tecnologia, aumenta a produção, diminui a necessidade de trabalhadores, diminui a possibilidade de lucro, aumenta a frequência das crises cíclicas e a exclusão social. Isso porque, como explica Marx, o capital lucra sobre o trabalho do trabalhador; o ganho capitalista se radica no tempo de trabalho não pago ao trabalhador; assim, se há cada vez menos trabalhadores na linha de produção, no montante integral de lucros estão, portanto, disponíveis menos horas de trabalho a serem subtraídas dos trabalhadores pelos capitalistas.

Os resultados desse agravamento da crise estrutural do capitalismo podem ser observados nas dimensões e frequências das guerras, conflitos sociais, deterioração ambiental e insatisfação popular — e por conseguinte, nas cada vez mais intensas revoltas populares, mobilizações sociais, ameaças ao poder constituído, diante do que, em reação, os donos do poder apertam o cerco, endurecendo suas formas de controle, tornando ainda menos democráticos seus regimes políticos. Eis a passagem do capitalismo liberal (aquele da época da “bonança” revolucionária moderna) para o capitalismo contemporâneo: autoritário, rígido, violento, e mesmo, por assim dizer, “totalitário”. E vale aqui uma breve digressão para dizer que, se se usa o termo “totalitário”, isso é feito aqui polêmica e criticamente — de modo a reorientar esse conceito patrocinado pelas potências ocidentais e construído por seus asseclas, o qual é usado ainda hoje por teóricos desavisados (ou vendidos ao sistema) para rebaixar algumas tentativas socialistas iniciais — termo que, apesar de sua significação inicial desviada, nos serve agora para designar todas as formas de capitalismo contemporâneo, seja as de modelo neoliberal, seja as de modelo fascista.

1.2 Do fascismo contemporâneo

Em se tratando agora do capitalismo fascista — seja ele um regime declarado ou não — cabe, antes de tudo, destacar que tal forma de poder político vem sempre a reboque do projeto econômico capitalista; e, portanto, o fascismo atual serve ao modelo neoliberal (expansionista, devastador), ou melhor, é uma ferramenta do neoliberalismo, um instrumento do qual as elites lançam mão quando veem ameaçado o seu projeto de poder. Se isso ocorre, então as classes dominantes — pragmática e calculadamente — abrem flancos a projetos carismáticos, fundados abertamente na

irracionalidade. Note-se que, ainda que a burguesia que cria e financia o movimento fascista o faça de forma racional, ela sabe que, ao impulsionar a irracionalidade, está sujeita a riscos, a prejuízos. Contudo, em nome da manutenção de seu poder, o capitalista aposta em “temporadas fascistas”, mesmo que não possa prever quando e em que termos essa estupidez possa vir a terminar. O fascismo é, portanto, um resultado da evolução capitalista e tende a ser gradualmente mais presente e mais duro enquanto o comboio desgovernado dito capital seguir dando as rédeas dos rumos da história. É nítido que o fascismo é um antagonista, um opositor do socialismo — e é somente a má-fé dos discursos interessados que pode levar à enunciação de confusas e abstratas teorias que tentam, forçosamente, aproximar tais ideologias opostas: o fascismo (face dura, violenta, caótica do capitalismo) e o socialismo (seu opositor, fundado na razão, na ética, na utopia, ainda que sujeito obviamente a erros em sua construção).

1.3 Primeiras análises marxistas acerca do fascismo: o olhar periférico

Desde o surgimento, crescimento e consolidação política das primeiras aberrações fascistas, diversos pensadores marxistas se interessaram por compreender as características desse movimento que, mantendo as bases da estrutura social capitalista, se utilizava com habilidade da razão para manipular a irracionalidade popular. Um fenômeno que, embora fosse um movimento de massas, não visava à transformação ou ao desenvolvimento de uma sociedade menos injusta — mas agravava a condição social já precária.

Dentre os marxistas pioneiros em alcançar uma visão mais nítida acerca do modelo de governo fascista — explicando-o como sintoma e parte integrante da involução capitalista, isto é, como um dos resultados da crise do capitalismo em sua fase imperialista —, figuram entre os principais aqueles pensadores oriundos da periferia do sistema. Esse é o caso especialmente dos europeus Antonio Gramsci (italiano), Wilhelm Reich (austriaco) e Gyorgy Lukács (húngaro), marxistas cujas nações de origem, embora próximas ao centro do sistema, chegaram atrasadas à competição capitalista, estabelecendo-se, portanto, em uma posição menos central, inferior às das potências ocidentais — nações portanto “semiperiféricas”. Ao lado desses marxistas europeus “excêntricos”, observa-se também o pioneirismo das contribuições de alguns destacados pensadores latino-americanos, cujos países se situavam — e situam — em posições ainda mais periféricas no sistema: como José Carlos Mariátegui e Caio Prado Júnior, entre outros.

Uma das explicações que nos permitem compreender por que as posições excêntricas podem favorecer a acuidade de uma perspectiva social foi percebida pelo arguto marxista brasileiro, Florestan — exposta em uma passagem de seu ensaio sobre Mariátegui (FERNANDES, 1994,1995).

De acordo com ele, a posição excêntrica de um observador crítico e atento permite a ele captar precocemente as faces originais de um movimento de degradação social (como o fascismo). Sua ponderação parte da constatação de que “o capitalismo não consegue resolver os ‘problemas humanos’, que ele gera e multiplica”; e que, diante desse cenário, desde uma “perspectiva eurocêntrica”, costuma-se subestimar a realidade de que “os progressos do capitalismo redundam em aumento geométrico da barbárie”. Entretanto, desde as periferias do sistema, são mais evidentes — posto que mais graves — as mazelas do chamado “progresso capitalista”: meramente técnico, que se guia de acordo com sua razão instrumental, restrita, pragmática, cujo objetivo não é o desenvolvimento social, mas da capacidade de se controlar o ser humano e a natureza.

1.4 Perspectivas marxistas periféricas europeias

Gramsci, desde muito cedo — em seus escritos políticos do começo dos anos 1920, na sequência da I Guerra (GRAMSCI, 1999, 2004) —, já se dedicava a tentar compreender elementos que permitissem caracterizar o fascismo, esse ambiente social insalubre no qual viveu imerso grande parte de sua vida. Segundo ele, o fascismo é uma manifestação política apoiada pelas classes dominantes em momentos de agudização da crise social nos quais se veem fragilizadas e fragmentadas. Outro marxista que desvendou aspectos das entranhas fascistas foi o psicanalista austríaco Wilhelm Reich, quem em 1927 publica seu clássico *Psicologia de massa do fascismo*. Nesse livro, ele manifesta que, para se atingir uma conscientização política sólida, primeiro passo rumo à construção de uma sociedade de homens livres, há um sério entrave “subjetivo”, a saber: o problema do recalçamento sexual das massas, que condiciona os seres humanos a uma atitude passiva, covarde, de “rebanho” (REICH, 1974). Por fim, antes de se apresentar as ideias dos marxistas latino-americanos, vale uma menção à lúcida concepção de Lukács (2014, 2020), para quem o fascismo (ao contrário do que se poderia supor em uma primeira análise) não é uma regressão à violência dos primórdios, mas é a “atrocidade”, a “desumanidade” do capitalismo em sua forma mais “altamente desenvolvida”.

1.5 Perspectivas de Mariátegui e Caio Prado sobre o fascismo

O contato precoce de Mariátegui com o fascismo se dá no início da década de 1920. Ele viveu alguns anos exilado na Europa, tendo morado na Itália — onde observou de perto também a criação do Partido Comunista, estreitando contato com o pensamento gramsciano e de outros marxistas italianos. Ademais, dentro desse contexto agitado, Mariátegui observou acontecimentos como a Revolução Chinesa, o despertar da Índia — nos quais percebe o declínio da “envelhecida”

sociedade ocidental moderna. Em meio a todas estas experiências, foi o fenômeno fascista que fez com que ele percebesse que a sociedade moderno-ocidental vivia um período de decrepitude social. Presenciando a ascensão fascista italiana, ainda precocemente identificou uma resposta do grande capital a uma crise social e política profunda: a “crise da democracia”. Com seu olhar “periférico”, invertido, logrou captar detalhes até então negligenciados pelos próprios europeus: caso da decadência da dita “democracia burguesa”, o que ele logo concebe como sendo uma nova farsa que se redesenhava com os traços autoritários do fascismo (MARIÁTEGUI, 1925).

Já Caio Prado, por sua vez, desde o período do entre guerras até meados do século XX, analisou aspectos relativos à ascensão fascista, buscando entender as particularidades históricas, geopolíticas e filosóficas do fenômeno fascista. Esses ensaios (do Arquivo IEB-USP) são compostos por cadernos e diários políticos em parte inéditos — embora alguns tenham sido publicados na edição argentina *Caio Prado: historia y filosofía* (Rosário: Editorial Último Recurso/ Edições Práxis, 2020). Neles, o marxista se dedica a interpretar vários acontecimentos da história do país: desde a formação de um movimento reacionário extremista (o integralismo, versão do fascismo brasileiro) até a tendência “fascistizante” que, a partir do meio dos anos 1930, acomete o governo de G. Vargas; investiga ainda os diversos aspectos da ascensão fascista, particularidades históricas, geopolíticas e filosóficas deste fenômeno que, afirma, deve ser visto em sua dimensão internacional e não como um caso local. No período de crise chamado entreguerras — que culminaria com a II Guerra — Prado escreve, em suas crônicas políticas de viagem *URSS: um novo mundo*, que a Europa Ocidental não rumava para uma forma social superior, mas sua sociedade estava, sim, regredindo; o “projeto social-democrata” não trouxera um progresso social, mas pelo contrário, tinha atrasado os planos de construção de uma sociedade menos desigual: “socialista”. Nesse contexto, o fascismo cresceu como alternativa das elites à crise do capitalismo (PRADO, 2020). Em seus ainda inéditos “Diários Políticos” de 1937, Caio Prado afirma que se de um lado a implantação do fascismo representou a “garantia da estabilidade social, pelo menos para um futuro imediato”, de outro “trouxe inconvenientes consideráveis para as próprias classes interessadas na conservação social”: “aceitando a ditadura fascista”, as classes dominantes abdicaram de “sua liberdade de ação”.

Vimos ressurgir no século XXI o fenômeno fascista como resposta à profunda crise do capitalismo e à “democracia liberal burguesa”. Para resistir à tragédia humana e ambiental representada pelo fascismo, é preciso compreender o contexto histórico de seu surgimento mas também verificar os elementos que levaram tal ideologia irracional a retomar forças no contemporâneo. Usando-se da tecnologia e da ciência, o fascismo enfatiza a anticiência, a irracionalidade, e cresce — não só na América Latina e demais periferias do sistema mas sobretudo no centro capitalista (Estados Unidos e Europa), fortalecendo sua ideologia e poder, degenerando a espécie e o planeta.

2 A ASCENSÃO DA “EXTREMA DIREITA” E O FASCISMO

O fascismo deve ser estudado em toda sua dimensão e particularidades. Deixou de ser apenas uma forma de xingamento, mas expressa uma ideologia que se manifesta no cotidiano. No caso do Brasil, nos últimos anos o crescimento de grupos de extrema direita que mantêm a ideologia fascista e políticas fascistas cresceram de uma forma vertiginosa. Não falta literatura que indique uma crise profunda da democracia liberal; alguns, com mais profundidade, indicam uma crise sistêmica e apontam para uma crise de hegemonia nas sociedades. Outros de forma mais superficial, apontam questões mais aparentes dessa crise, como é o caso do *best-seller*, “Como morrem as democracias” (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Nesse caso, a deterioração da democracia fica circunscrita à perda dos “guardiães da mesma”, e o modelo de democracia é o estadunidense. Desnecessário dizer que todas as experiências que se contrapõem ao modelo estadunidense são consideradas “autoritárias” para os autores. Mas o fato é que, na última década, sociólogos, cientistas políticos têm cantado em verso e prosa a “crise da democracia liberal” ou democracia representativa.

Primeiro, é necessário revisitar o conceito de fascismo, não somente como um fenômeno histórico do século XX, como sucedeu na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, mas também no seu aspecto ideológico (FERNANDES, 1979; ZAVALA, 1976). Como afirma Florestan Fernandes, o fascismo como ideologia está impregnado nos Estados autoritários que se instalaram na América Latina:

O fascismo, porém, como ideologia e utopia, persistiu até hoje, tanto de modo difuso, quanto como uma poderosa força política organizada. Não só ainda existem regimes explicitamente fascistas em vários países; uma nova manifestação do fascismo tende a tomar corpo: através de traços e mesmo de tendências mais ou menos abertas ou dissimuladas, a versão industrialista “forte” da democracia pluralista contém estruturas e dinamismos fascistas (FERNANDES, 1979, p. 33).

Entender o fascismo contemporâneo, é entender como absolutamente a sua doutrina ideológica prevalece e a cada momento de crise pode ser acionado. Nas palavras de João Bernardo, “[...] Os fascismos foram derrotados nos campos de batalha e nas cidades bombardeadas muito antes de as suas contradições os terem derrubados ou sequer enfraquecido” (BERNARDO, 2022, p. 7). A derrota material do fascismo não levou a uma derrota da ideologia fascista. Interessante a observação de Bernardo que

[...] Na direita é necessário ocultar o que existe de comum entre a gênese das doutrinas liberais e a das doutrinas fascistas. Os ideólogos conservadores omitem que o fascismo se incluiu legitimamente na tradição de elitismo das democracias e que o racismo hitleriano teve

suas raízes nas especulações linguísticas do romantismo germânico e nas teorias consideradas científicas, dos eugenistas (BERNARDO, 2022, p. 8).

Florestan Fernandes adverte que, no caso latino-americano, a ameaça que representou a Revolução Cubana fez com que o fascismo deixasse de ser um espectro. Em outras palavras, o fascismo no continente tem sido

Até o presente uma versão complexa dessa espécie de fascismo. Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que de doutrinação de massa e movimentos de massa. Ele é substancialmente contrarrevolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e a “quente” ou a “frio” em dois níveis diferentes (e por vezes concomitantes): 1º contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (quando ameaça a superacumulação da riqueza, do prestígio e do poder), ou seja, ele se ergue de modo consciente, contra a “revolução dentro da ordem”; 2º contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários — portanto, ele também procura barrar a “revolução contra a ordem existente” (FERNANDES, 2015, p. 35).

Zavaleta (1976, p. 414) adverte sobre uma reatualização do fascismo como uma forma admitida pelo imperialismo, portanto um ato consciente do imperialismo estadunidense. Ou seja, reaviva algo “que parecia estar morto no mundo”. Mas, inequivocamente, são eles

la CIA, el Pentágono, las propias embajadas norteamericanas, quienes promueven las grandes matanzas en Indonesia, la aparición y las aventuras de los militares fascistas en Grecia y los regímenes criptofascistas en la América Latina. Su participación en todos estos casos, así como en el derrocamiento de los regímenes democráticos de todo tinte, desde Goulart hasta Allende, desde Bosch hasta Arosemena y Torres, es algo indiscutible. Pero una cosa es que se adopten modalidades fascizantes en cuanto a la desorganización del movimiento popular y el tipo de organización del Estado, y otra, que se instale el fascismo como tal. Aquí ya se tropiezan ellos con algunas dificultades. El modelo del fascismo, tal como sucedió en los países europeos, no podía darse con las mismas características en la América Latina.

A questão que se nos coloca nos dias de hoje: é possível falar em fascismo? Quais as semelhanças dos fascismos de hoje com a sua forma do passado? Todavia, poderíamos afirmar que concretamente não há uma ameaça real de socialismo pairando em nossas sociedades. Ou seja, não tem nenhum “espectro do comunismo” que nos ronda. Mas, a crise estrutural do capitalismo, que provoca uma aguda crise da democracia liberal burguesa, abre a perspectiva de uma saída à direita dessa crise e a menor possibilidade de garantia de direitos aos trabalhadores é vista, irracionalmente, como um perigo “comunista”.

2.1 Democracia liberal-burguesa

Para melhor entendermos a crise da democracia representativa ou democracia liberal, é preciso entendermos antes a crise de hegemonia na sociedade. É a crise da hegemonia ou, como diz

A FASCISTIZAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: da crise da democracia liberal capitalista ao irracionalismo: rebatimentos na América Latina

Gramsci, na crise de autoridade em momentos agudos de crise do capitalismo que podemos entender a crise da hegemonia. A ideia central aqui desenvolvida é o conceito de Estado como aquele que se apresenta acima dos interesses das distintas classes sociais, ou seja, ele se apresenta para o conjunto da sociedade como capaz de atender aos interesses universais.

A tendência, afirma, é tratar de excluir a “gran política” do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. O Estado

Estado es concebido como organismo propio de un grupo, destinado a crear las condiciones favorables para la máxima expansión del grupo mismo, pero este desarrollo y esta expansión son concebidos y presentados como la fuerza motriz de una expansión universal, de un desarrollo de todas las energías "nacionales", o sea que el grupo dominante es coordinado concretamente con los intereses generales de los grupos subordinados y la vida estatal es concebida como un continuo formarse y superarse de equilibrios inestables (en el ámbito de la ley) entre los intereses del grupo fundamental y los de los grupos subordinados, equilibrios en los que los intereses del grupo dominante prevalecen pero hasta cierto punto, o sea no hasta el burdo interés económico corporativo. En la historia real estos momentos se implican recíprocamente, por así decirlo horizontalmente y verticalmente, o sea según las actividades económico-sociales (horizontales) y según los territorios (verticalmente), combinándose y escindiéndose diversamente: cada una de estas combinaciones puede ser representada por su propia expresión organizada económica y política (GRAMSCI, Cuaderno XIII, p. 27).

Por conseguinte, obter a hegemonia significa obter do conjunto da sociedade (sociedade civil e sociedade política-Estado) o aval para a condução da vida social, cultural e política de uma sociedade. A relação de forças no interior dessa sociedade é importante para podermos compreender as dinâmicas das formações sociais distintas e a forma como se organizam:

Es el problema de las relaciones entre estructura y superestructura el que hay que plantear exactamente y resolver para llegar a un justo análisis de las fuerzas que operan en la historia de un determinado periodo y determinar su relación. Hay que moverse en el ámbito de dos principios: el de que ninguna sociedad se impone tareas para cuya solución no existan (GRAMSCI, C XIII, §17).

O crescimento do que estamos denominando de “extrema direita”, no mundo, e no Brasil em particular, dá-se em momentos de aguda crise de hegemonia e, claro, da democracia representativa liberal. Aparecem, sobretudo num discurso de clara contestação da ordem¹, apresentarem-se como antissistêmico, em defesa da nação, da família.

Nas palavras de Wendy Brown, as forças da extrema direita

[...] subiram ao poder nas democracias liberais pelo mundo todo. Cada eleição traz um novo choque: neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano, o Brexit conduzido pela xenofobia alimentada por tabloides, ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu, e, é claro, o trumpismo. O ódio e a belicosidade racistas, anti-islâmicos antisemitas crescem nas ruas e na internet. Grupos de extrema direita recentemente amalgamados têm eclodido audaciosamente na vida pública após terem passado anos à espreita, na maior parte do tempo nas sombras (BROWN, 2019, p. 09).

No caso do Brasil, vimos mais recentemente como a criação de um “inimigo interno”, neste caso, o Partido dos Trabalhadores, o MST, o heterógeno, o plural etc. toma forma de tal maneira que o “ódio ao PT” torna-se maior que o “amor a democracia” (Coutinho, 2021). Não é mera coincidência que de 2019 a 2021 teve um crescimento de 270,6% de núcleos extremistas de teor nazista, somando 530 desses núcleos. Somente em Santa Catarina são 320 células. Cabe observar que o que parece uma contradição em termos é que o número dos que se identificam como conservadores crescem mais entre os mais escolarizados e os jovens. Importante observar que, como afirmamos anteriormente, o avanço da direita não é um caso isolado do Brasil, mas ao contrário, como se trata de um fenômeno que ocorre (como foi no passado) de uma resposta à crise do capitalismo e do imperialismo, os movimentos da extrema direita, com vínculos ao fascismo — ao menos guarda seu gérmen — crescem em todo o mundo a ponto de organizarem uma Aliança Global da Direita Radical. Em 2020, tendo como um dos signatários Eduardo Bolsonaro², foi organizado na Espanha o chamado Foro de Madrid, com a clara pretensão de se opor ao “Foro de São Paulo”. O Foro de Madrid, reuniu a “direita radical” de Portugal, França, Holanda, Hungria, Espanha, Alemanha.

Pois bem, o fascismo contemporâneo guarda muitas semelhanças com as suas formas clássicas, embora tenha características próprias, é o que Alain Badiou denominou de “fascismo democrático”. Ou seja, não rompe com as regras da democracia liberal completamente; assim, vivemos um processo de “fascistização” da sociedade, sem vivermos exatamente num regime fascista.

Poulantzas (2021, p. 65-66), afirma que o

[...] fascismo constitui uma forma de Estado e uma forma de regime “limite” do Estado capitalista. Por caso limite é preciso precisamente entender aqui não uma forma “patológica” do sistema capitalista burguês, ou seja, que seria de certo modo estranha à “democracia parlamentar”, mas uma forma devida a uma conjuntura muito particular da luta de classes. Essa particularidade não é exaustivamente determinada pelo período de desenvolvimento capitalista no qual se situa essa luta de classes.

Ainda nos termos de Poulantzas, o “fascismo não surge como um trovão em um céu sereno” (idem, p. 72; é nesse sentido que devemos entender o processo de fascistização, que, segundo o autor, trata-se de um processo de ritmo desigual de desenvolvimento, “marcado pelas formas de acúmulo das diversas contradições” (POULANTZAS, 2021, p. 73). Destaca-se três momentos desse processo:

- a) O período que vai dos começos do processo até o ponto de seu “não retorno”. Esse momento não coincide com a ascensão própria do fascismo ao poder: [...] essa ascensão aparece como um simples e último ato formal, intervindo somente quando as coisas essenciais já foram jogadas e decididas, em suma, como uma confirmação de uma vitória já adquirida;
- b) O período que se estende do ponto de não retorno até a ascensão do fascismo ao poder. Período importante nem tanto no que concerne à vitória e ao próprio advento do fascismo, mas sobretudo no que se refere à sua natureza e ao seu caráter político preciso.

c) O primeiro período do fascismo no poder: período caracterizado por uma instabilidade e uma ambiguidade particulares, por causa do caráter original de classe, muito complexo, do fascismo, ou seja, por causa do caráter muito ambíguo do apoio popular do qual ele se beneficia no momento de ascensão ao poder;

d) O período de estabilização do fascismo, se efetuando propriamente em muitas etapas. Período em que se abre para o fato de que o fascismo se depura de suas origens de classe, ou pelo menos da ambiguidade de seus começos [...] (POULANTZAS, 2021, p. 74).

2.2 O processo histórico

Para pensar, pois, a ascensão da direita no Brasil, na sua expressão tal como se apresenta nos dias de hoje, é necessário pensar os grupos que se alimentam de uma ideologia “fascista” e perguntar: quais são os projetos da direita para o país?

A Ação Integralista (AI), fundada por Plínio Salgado, talvez seja o que mais expressa o que hoje denominou-se de “extrema direita”. O integralismo dos anos 1920/1930 chegou a organizar-se em partido político influenciado pelo fascismo italiano. Na sua concepção ideológica, estavam os valores incorporados do fascismo, a instauração de um Estado centralizador cujos princípios estejam na base do corporativismo (Barbosa, 2015). Esse movimento se reorganiza no século XXI, mas, mais do que tudo, reorganizam a Ação Integralista num contexto de ascensão da “extrema direita” no Brasil e no mundo. Quais as motivações para um crescimento tão grande de grupos conservadores que flertam com o fascismo e nazismo no país? Podemos indagar-nos quais são esses movimentos de direita no país, quais se organizam direta ou indiretamente no país?

Um ponto chave é pensar a inserção social de movimentos dessa envergadura neste momento. Com a perda da hegemonia, a classe dominante, no seu formato liberal, não consegue forjar o consenso na sociedade. Nesse interregno, vimos crescer a “extrema direita”, aquela que flerta abertamente com o fascismo. A ideologia é um dos aspectos centrais na pesquisa. Esses grupos de extrema direita, avançam, numa construção ideológica que visa incorporar sua visão de mundo em todas as instituições — a começar pela escola (tanto no nível fundamental, como na universidade). Destacamos o Millenium como um dos seus centros de formação. Um Instituto que prima por ser formador “de opinião e de influenciadores”.

O estudo dos principais grupos que propagam a extrema direita e sua ideologia fascista é salutar para podermos compreender o alcance dessas organizações. Esse pequeno espaço não nos permite desenvolver com precisão, mas é importante conhecer esses grupos e suas incursões para que se possa combatê-los.

3 APORTES TEÓRICOS PARA PENSAR O PROJETO DE FUTURO DO NEOFASCISMO MILITARISTA

No ano de 2022, os militares, reunidos em torno do governo Bolsonaro (2018-2022), lançaram um documento que contém o projeto de futuro desse grupo de militares neofascistas. Intitulado Projeto de Nação: o Brasil em 2035, o documento de 93 páginas, publicado pelo Instituto Sagres (2022), é de autoria coletiva e versa sobre 37 temas considerados estratégicos para o país. Eles são divididos em sete eixos: geopolítica mundial; governança nacional; ciência, tecnologia e educação; saúde; segurança, defesa nacional; e segurança pública. Nesse documento, são construídos cenários prospectivos para o ano de 2035, e cada tema é apresentado com base na “incerteza crítica”, no “minicenário foco”, nos “objetivos”, nas “diretrizes” e nos “óbices”, com vistas a “propor medidas para a construção do melhor futuro possível” (SAGRES, 2022, p. 9).

Do ponto de vista etnográfico, é de interesse da pesquisa tanto o enfoque nas interações entre sujeitos produtores do documento e sujeitos documentados, quanto a questão da “performatividade dos documentos burocráticos [...], o que eles fazem, produzem ou incitam nos contextos onde circulam e são produzidos ou arquivados” (FERREIRA, 2022, p. 171). Do ponto de vista da crítica histórica, é de interesse da pesquisa perceber esse documento do prisma de “como ele permite compreender a sociedade da qual se constitui como vestígio?” (LÉTORUNEAU, 2011, p. 107). Assim, ambas as perspectivas permitem interpretar, comentar e contextualizar o que esse documento diz e oculta. Ele é levado a sério, a despeito de existirem críticas a respeito da “indigência intelectual” dos seus formuladores.

O documento, elaborado e lançado com financiamento do Governo Federal, sistematiza as principais diretrizes do projeto de poder dos militares que se aglutinaram em torno do governo Bolsonaro (2018-2022), tendo sido elaborado por intelectuais orgânicos, civis e militares aliados. Ele “não representa oficialmente o pensamento de corporações armadas, mas exprime sentimentos, ideias e proposições correntes nas fileiras. As suas formulações são compatíveis com a prática governamental em curso” (DOMINGOS NETO, 2022, p. 10). Esse documento contempla o pensamento de uma geração, da década de 1970, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que se aglutinou em torno daquele governo.

O documento teve duas respostas significativas até o momento. Trata-se dos livros *O Brasil pode mais: caminhos para o desenvolvimento sustentável*, produzido pela Articulação Nacional das Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ARCA). Esse livro não faz uma crítica direta ao documento, mas propõe uma análise alternativa de 14 grandes temas, em vista do

fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia. Já o livro *Comentários a um delírio militarista*, organizado por Manuel Domingos Neto, conta com 35 textos escritos por dezenas de intelectuais e alguns políticos, no qual se questiona a totalidade do projeto de nação bolsonarista de diversas perspectivas.

Do ponto de vista do seu conteúdo, em vista da “autonomia econômica, social, militar e científico-tecnológica” (SAGRES, 2022, p. 11), está sendo reivindicada, diante da alternância de poder, “a implantação do Centro de Governo (CdG) e do Sistema Integrado de Gestão Estratégica (SIGE-BR)” (SAGRES, 2022, p. 14) no interior do aparelho de Estado, objetivando o ingresso do Brasil na OCDE. Entre algumas das propostas, estão tornar a maioria dos brasileiros “Conservadores evolucionistas, no campo psicossocial, e Liberais” no campo econômico para o encaminhamento de reformas, como: “desideologização dos currículos”, “enfraquecimento de ideologias radicais” em todos os níveis da educação; criação de políticas públicas sustentáveis com a cobrança de “indenizações pelos serviços públicos prestados” (SAGRES, 2022, p. 22), atingindo o SUS e as universidades públicas e a educação em geral. O documento também prevê a exploração econômica de “áreas indígenas e de proteção ambiental” (SAGRES, 2022, p. 58). Essas medidas seriam necessárias para alcançar o sonho de economia exportadora de alimentos e minérios (NETO, 2022).

O fascismo militarista parece estar associado a um projeto de submissão, não só ao grande capital nacional e estrangeiro, como também à hegemonia, em crise, dos EUA e da OTAN, face ao deslocamento do centro dinâmico da acumulação de capital para a China. O sentido desse projeto de poder consiste no avanço do estatismo autoritário (POULANTZAS, 1980) em um contexto de “triângulo infernal” (KAPLAN, 2008), “novíssima dependência” (SOUZA, 2021) e a centralidade do Estado na manutenção da dependência (ZAVALETA-MERCADO, 2011).

3.1 O Capitalismo contemporâneo: financeirização, estatismo autoritário e novíssima dependência

Uma das características centrais do capitalismo contemporâneo é o crepúsculo do ciclo unificado da acumulação sobre a dominação do capital industrial — em relação ao capital monetário e ao capital mercantil. O capitalismo hoje, em escala planetária, orienta-se mais para a acumulação rentista do que para o desenvolvimento das forças produtivas.

Essa transformação é denominada “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996) e uma das suas consequências políticas tem sido o avanço do “estatismo autoritário” (POULANTZAS, 1987). Do ponto de vista da América Latina e da formação social brasileira, esse processo histórico, iniciado na década de 1990, tem gerado efeitos econômicos e políticos conceituados pelos analistas como

“triângulo infernal” (KAPLAN, 2008) e “novíssima dependência” (FIORI, 1996; SAES, 2007; SOUZA, 2021).

A hegemonia do capital financeiro tem sido acompanhada pelo aumento da taxa de exploração do trabalho, pelo dismantelamento das políticas keynesianas, pelas altas taxas de juros, pela reestruturação produtiva e pela gestão toyotista para obter o máximo rendimento do trabalho de uma mão de obra flexível (CHESNAIS, 1996). A liberalização e desregulamentação possibilita ao capital gerar lucros em praticamente todo e qualquer lugar do planeta. Com apoio dos Estados imperialistas (EUA e Inglaterra), os atores do capital financeiro têm pressionado os governos a promover três processos distintos, porém complementares: desregulamentação ou liberalização financeira e monetária (perda do controle dos governos sobre a determinação do nível da taxa de juros); desintermediação (surgimento de novas instituições financeiras em detrimento dos bancos); e abertura dos mercados financeiros nacionais (CHESNAIS, 1996). Com isso, todos os âmbitos da vida social estão sendo submetidos à valorização do capital privado.

Há uma relevância do “Terceiro Mundo” e da América Latina para o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). A criação do Euromercado — um imenso mercado interbancário privado de atacado, patrocinado pelos EUA e Inglaterra —, teve um importante papel no drible da legislação: possibilitou a concentração e expansão do capital monetário como provedor de crédito destituído de controles políticos para os países do terceiro mundo. Esse artilho do grande capital possibilitou empréstimos aos países periféricos na década de 1970, promovendo o endividamento externo, fundamental para a própria reprodução do capital monetário. Essas dívidas perduram até hoje e têm um efeito macroeconômico que captura metade do fundo público e o direciona para dar liquidez ao mercado financeiro.

Na década de 1980, aconteceu a “desconexão forçada” da América Latina da economia de ponta e industrial mediante uma decisão política de desinvestimentos decidida pelos grandes grupos e potências imperialistas. Houve um “forte recuo dos IEDs [investimentos externos diretos] e das transferências de tecnologias destinadas à grande maioria desses países, bem como por um início de exclusão do sistema básico de intercâmbio” (CHESNAIS, 1996, p. 39). Os países mais desenvolvidos da “região” foram “golpeados em cheio, ao mesmo tempo, pela conjuntura mundial e pelas transformações tecnológicas ocorridas no centro do sistema” (CHESNAIS, 1996, p. 39). Ocorre uma substituição de matérias-primas por produtos intermediários resultantes dos novos materiais sintéticos e da biotecnologia. O uso de tecnologias informacionais, juntamente com a reestruturação produtiva, possibilitou repatriar, aos países de capitalismo dominante ou a outras regiões, indústrias intensivas em mão de obra. “As supostas vantagens comparativas evaporaram” (CHESNAIS, 1996, p. 223). As multinacionais de novo estilo dominam o comércio internacional, dispõem de grande mobilidade de

investimentos, da capacidade de redirecionar constantemente as suas atividades sem nenhum compromisso com os países hospedeiros.

No seu último livro, escrito em 1978, Poulantzas (1980) anteviu as transformações políticas gestadas pelas modificações em curso no processo de acumulação de capital. Na fase dos monopólios, a crise econômica, “a inflação, o desemprego cujo crescimento fora do comum parece representar exatamente um traço estrutural contribuíram por seu lado para fazer desacreditar um relativo consenso fundamentado no desenvolvimento e no bem-estar” (POULANTZAS, 1980, p. 243). Ele identifica o estatismo autoritário como a nova forma “democrática” da república burguesa na contemporaneidade. Não se trata de um regime de exceção (como o fascismo, as ditaduras militares ou regimes bonapartistas), mas o “novo normal” dos Estados nos países capitalistas centrais, que não exclui a possibilidade de retorno de tais regimes de exceção. O pensador grego identifica nos países de Estados capitalistas dominantes transformações nas relações de produção, nos processos de trabalho e na divisão do trabalho, aumento da taxa de exploração, crescimento da produtividade do trabalho e declínio das condições de vida. Tratar-se-ia de uma ruptura interna ao próprio Estado capitalista democrático como se configurou no pós-guerra.

O estatismo autoritário é caracterizado pelo declínio das instituições políticas democráticas, pela restrição das liberdades “formais”, pela obsolescência da democracia política e representativa, por um “reforço-enfraquecimento do Estado”, que avança sobre um solo que desmorona, em razão da crise estrutural do capitalismo. Ele é a criação de um “dispositivo institucional preventivo” ante as lutas populares, “cristaliza seu agenciamento orgânico como dispositivo permanente e paralelo ao Estado oficial” (POULANTZAS, 1980, p. 242). Ele tem como alvo a grande massa da população, que é colocada à parte por mecanismos que parecem falhas do funcionamento normal do Estado, entretanto constituem a “normalidade” desse Estado doravante. Ele surge dos escombros do Estado social, defende os interesses do capital, das multinacionais e pode compensar o seu déficit de legitimação ante as massas populares com a repressão. Funda-se na “crescente distância entre democracia política e democracia social” (POULANTZAS, 1980, p. 243).

No Brasil, os efeitos desse processo histórico foi a refundação do papel, das estratégias, da posição do Estado, do mercado e da sociedade civil via um conjunto de “reformas” que vêm ocorrendo desde a década de 1990 — com destaque à Reforma do Estado (1995), conduzida por Bresser-Pereira sob o governo FCH e que orienta as demais alterações constitucionais para oferecer segurança jurídica aos investidores (SILVA JUNIOR, 2017). A privatização do público é uma ideologia que coloca o Estado como simples apêndice do mercado, que, falido, dependeria da emissão de títulos públicos para se manter, endividando-se cada vez mais. Ao invés disso, “a riqueza pública, em forma

de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado” (OLIVEIRA, 1999, p. 68). O sentido desse processo é a apropriação do fundo público pelo grande capital.

No mesmo sentido, “o Estado [...] é o ambiente da produção (o que não o impede de participar como produtor se necessário) e a condição prévia do mercado; além, é claro, de ser a garantia extraeconômica da produção e do mercado” (ZVALETA MERCADO, 2011 p. 618). O Estado é a personagem central do mercado, nem ocorre a sua anulação, pois é necessário para as relações do capital. As reformas neoliberais conferem uma “orientação neo-oligárquica a serviço dos interesses da transnacionalização”. Ademais, o Estado mantém a “primazia do ideológico”, ao estabelecer o mercado com lugar de canalizar e resolver problemas ao mesmo tempo que oculta a prioridade do seu fundo em relação ao capital transnacional (OLIVER, 2006, p. 225-230).

O processo está em curso desde a década de 1990, com os governos Collor, Itamar Franco, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Salvaguardadas as diferenças entre esses governos, sobretudo, o contraste existente no interregno petista, a orientação básica da política econômica tem sido mantida: metas de inflação, regime de câmbio flutuante e metas de superávit fiscal primário, resultando em altas taxas de juros e baixo crescimento econômico (NASSIF, 2015). Esse processo de redução da intervenção e autonomia do Estado tem gerado um “triângulo infernal”. A estagnação, desnacionalização e desindustrialização da economia promove a destruição do tecido social, de grupos e atores sociais significativos; cria uma subclasse de párias. Essa amputação e destruição de atores e tecidos sociais, por sua vez, promove o individualismo, a indiferença, o conformismo, pois torna a adaptação uma necessidade de sobrevivência, implica a substituição das formas de participação social e política por meio de instituições, movimentos, partidos, pela despolitização, instabilidade e conflito político (KAPLAN, 2007).

Alguns analistas têm conceituado esse processo na América Latina como a emergência da “novíssima dependência” (FIORI, 1996; SAES, 2007; SOUZA, 2021). “O problema da fase da novíssima dependência seria o sumiço das vantagens. Agora, o capital financeiro e o capital monopolista industrial dos países centrais estariam pouco interessados nos investimentos produtivos novos e na industrialização associada” (SOUZA, 2021, p. 66). O que interessa a esses atores são os ganhos fáceis, imediatos, sem riscos, mediante a especulação financeira, a privatização de empresas, o controle e a posse dos recursos naturais. “A novíssima dependência representa, portanto, o empobrecimento e a pilhagem das economias periféricas, variando apenas de uma para outra a intensidade do empobrecimento e da pilhagem, em função do grau de resistência local” (SAES, 2007, p. 162). Esses autores apontam as mudanças no imperialismo e os seus reflexos sobre as relações de dependência em termos de agravamento.

No seu conteúdo, o documento manifesta o objetivo de alcançar “autonomia econômica, social, militar e científico-tecnológica” (SAGRES, 2022, p. 11), a despeito de essa finalidade estar em contradição com as propostas que reiteram a novíssima dependência (FIORI, 1996).

Entre algumas delas: a criação de políticas públicas sustentáveis com a cobrança de “indenizações pelos serviços públicos prestados” (SAGRES, 2022, p. 22); a exploração econômica de “áreas indígenas e de proteção ambiental” (SAGRES, 2022, p. 58).

4 CAPITALISMO E PATRIARCADO: a disputa hegemônica no Brasil no contexto bolsonarista

A reflexão aqui apresentada refere-se à contraofensiva reacionária da extrema direita via ascensão do bolsonarismo ao poder no Brasil, reativando valores como o machismo, racismo e homofobia. O conservadorismo assume, historicamente, diferentes faces via fragmentação da teoria social e o abandono do ponto de vista do historicismo e da totalidade, o irracionalismo. Nesse contexto, ganha novo cariz com o projeto neoliberal em curso, pela tendência em negar sua face conservadora, na afirmação de uma perspectiva reformista para as medidas operadas desde a década de 1970, combinando reestruturação produtiva, flexibilização/privatização/descentralização no âmbito das políticas; no âmbito das políticas e dos direitos sociais, uma perspectiva teórico-política pós-moderna que anulava a luta de classes. Mattos (2020) destaca que, nas últimas duas décadas do século XX, as ideias neoliberais avançaram em decorrência da decomposição dos regimes do leste Europeu, da legitimação do revisionismo historiográfico e do negacionismo frente ao nazismo. A última crise estrutural construiu um solo fértil para a ascensão das tendências neofascistas e o avanço da extrema direita.

Reside nessa análise a estratégia de continuar a contrarrevolução preventiva e sua institucionalização, como resposta à crise orgânica, sobretudo a partir de 2008. O aprofundamento da crise abalou as bases de sustentação do governo Dilma Rousseff, fragilizadas desde as manifestações de junho de 2013. Grandes demandas se fizeram presentes, melhoria da qualidade de transporte coletivo, contra a violência policial, contra as corporações empresariais de mídia, em defesa da saúde e da educação. Entre 2015-2016, os movimentos de ocupações das escolas e, sobretudo, o Movimento de Mulheres que comandou significativas campanhas pelo “Fora Cunha” e “Ele Não”, se legitimando como um dos mais dinâmicos movimentos de contraposição à ordem.

A contraposição a essa ambiência insurgente cresceu, a partir de 2015, com o processo de manifestações anticorrupção e contrárias ao governo, atos convocados pela chamada “nova direita” com o apoio burguês, de opositores ao governo, parlamentares e polícia militar, difundidos também pelas grandes corporações da mídia. Isso configurou o cimento da base pequeno-burguesa e de classe

média, que encampou as políticas anticorrupção, a cultura antipetista da direita e as mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff — o primeiro ato de um golpe de Estado de novo tipo, que abriu caminho, primeiro, à posse de Michel Temer em 2016, e depois com a condenação, sem provas, em tempo recorde e em segunda instância de Lula, inviabilizando sua candidatura nas eleições de 2018.

A vitória de Bolsonaro nas eleições, com 55% dos votos válidos se legitimou com um discurso de ódio, apologia à violência “contra a esquerda”, “contra bandidos e vagabundos”, em defesa dos “cidadãos de bem”, “contra todo tipo de movimento em defesa dos direitos humanos, contra as opressões de gênero e a LGBTfobia, ecológico e de defesa indígena, além de organizações de professores, cientista, artista e produtores culturais em sentido amplo” (MATTOS, 2020, p. 167). Rovai (2021, p. 295) ressalta que a reação aos avanços no campo democrático se articulou combinando um discurso reacionário, negacionista e culto ao politicamente antiético.

O governo Bolsonaro propagou estereótipos sobre as mulheres, que contribuíram para aumentar a discriminação e o machismo estruturais. Além disso, extinguiu órgãos fundamentais nas políticas públicas de saúde e de responsabilização do estado frente à criminalização da violência de gênero — isso resultante do fundamentalismo religioso, da articulação reacionária tanto nas igrejas católicas quanto nas evangélicas, que intensificaram e fortaleceram os projetos populistas de direita. A violência de gênero e o discurso conservador da família tradicional, propagados e incentivados por esse governo e seus apoiadores, têm a fundamental função de aprofundar as diferenças no campo da divisão sexual/internacional do trabalho via manutenção dos níveis salariais baixos — uma vez que as mulheres ganham em média 30% a menos —, e de exacerbar o campo dos cuidados demandada às mulheres. Instaura-se assim uma ordem de gênero capitalista pautada em uma lógica patriarcal, na qual famílias da classe trabalhadora exercem um papel fundamental para a produção e reprodução da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**: metamorfoses do fascismo. Vol.6. São Paulo: Hedra, 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In: FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

COUTINHO, Joana A. **¿Fascismo o autoritarismo?**: el proceso de fascistización en el Brasil. In: _____ . “Democracia debilitada: a ascensão do fascismo no Brasil”. **Revista Binacional Brasil Argentina**. v. 10 (01) 2021. Diálogo entre as ciências. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/8765>.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Comentários a um delírio militarista**. Editora Gabinete de Leitura, 2022.

FERNANDES, Florestan. “Notas sobre o fascismo na América Latina”. *In: Poder e contrapoder na América Latina*, 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, F., “Significado atual de J. C. Mariátegui”. **Coleção Princípios**, n. 35, 1994-1995.

FERGUSON, Susan. McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29, novembro de 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos del cárcel**. México: Ediciones Era, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

KAPLAN, Marcos. **El Estado ya globalización**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. “Crisis de la democracia”. *In: La escena contemporánea y otros escritos*. Lima: Amauta, 1925.

MARIÁTEGUI, J. C.; MARTINS-FONTES, Y. (org., trad. e introdução). **Defesa do marxismo: polêmica revolucionária e outros escritos**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS-FONTES, Yuri. **Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui**. São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo, Usina Editorial, 2020.

NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Rev. Econ. Polit.** 35 (3), jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a03>. Acesso em: 20 out. 2022.

OLIVER, Lucio F.(org.). **Problemas teóricos del Estado integral en América Latina. Fuerzas en tensión y crisis**. México: UNAM, 2021.

OLIVER, Lucio. René Zavaleta ante la especificidad latinoamericana del Estado y la política. *In: IBARGÜEN, M. A.; MÉNDEZ N. R. (coord.) René Zavaleta Mercado*. Ensayos, testimonios y revisiones. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2006, p. 225-235.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (orgs.) **Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global**. São Paulo: Vozes, NEDIC/FAPESP, 1999. p. 55-82.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo**. Florianópolis: Enunciados, 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

PRADO Júnior, Caio. **URSS: um novo mundo**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935 [1934].

PRADO Júnior, Caio; MARTINS-FONTES, Yuri. **Caio Prado: historia y filosofía**. Rosário (Argentina): Edit. Último Recurso/ Edições Práxis, 2020.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo**. Porto: Publicações Escorpião, 1974 [1927].

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. A cruzada Bolsonarista pela moral: os “bons costumes” que ferem a vida. *In*: SÁ, Thiago Antônio de Oliveira. **Extremo: o mandato Bolsonaro**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

SAES, Décio. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. *In*: NOGUEIRA, Francis Mary. Gomes; RIZOTTO, Maria Lúcia (orgs.). **Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil**. São Paulo, Xamã, 2007.

SAES, Décio. **A República do capital. Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAGRES, Instituto. Projeto de Nação — Cenário Prospectivos Brasil 2035 — Cenário Foco — Objetivo, Diretrizes e Óbices. 2022.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **The new university brasilian: a busca por resultados comercializáveis para quem?** Bauru: Práxis, 2017.

SOUZA, A. M. **Dependência e governos do PT**. Curitiba: Appris, 2021.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **¿Cómo terminará el capitalismo?** Ensayos sobre un sistema en decadencia. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

ZAVALETA MERCADO, René. El Estado en América Latina [1983]. *In*: SOUZA CRESPO, Mauricio (ed.) **René Zavaleta Mercado**. Ensayos 1975-1984. La Paz: Plural, 2011, pp. 611-638.

Notas

¹ Mesmo que na prática não há a contestação da ordem, mas a tentativa de mantê-la.

² Filho do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro e um dos organizadores do Foro de Madrid.